



DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO, PROJETO MEU LUGAR E UMA NOVA ONTOLOGIA SOCIAL PARA PENSAR O LOCAL^(*)

Fábio Pádua dos Santos^()**

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas
fpadua@gmail.com

Elder Figueredo Arceno^()**

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas
eldfarc@gmail.com

Luiz Couto Corrêa Pinto Filho^()**

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas
lccpf@yahoo.com.br

Resumo

Nas últimas décadas, entre as teorias de desenvolvimento regional, o conceito de desenvolvimento local e endógeno tem-se colocado, em larga medida, diante de regiões carentes de desenvolvimento, como esperança para a ação local transformadora. Este conceito busca valorizar as potencialidades contingentes do território ao qual se pretende estimular ações transformadoras. No presente texto discute-se o Projeto Meu Lugar enquanto instrumento de ação transformadora no Estado de Santa Catarina. O debate se dá na contraposição do projeto ao próprio conceito de desenvolvimento endógeno. Pretende-se também verificar os limites deste conceito, em termos de possibilidade, na promoção do desenvolvimento regional. Os argumentos que permeiam esta discussão flutuam (1) na fragilidade do Projeto Meu Lugar em relação ao instrumental teórico no qual está sustentado e (2) na ontologia social individualista que apresenta ao agente, neste caso a região, um poder ilimitado de agenciamento. Por fim, defendeu-se que iniciativas semelhantes as do Projeto Meu Lugar devem estar carregadas de realismo científico e não de retórica motivacional. A adoção de uma ontologia social estruturista parece mais completa, pois dota a análise de certo grau de pragmatismo, revelando, dessa forma, quais os limites da ação local transformadora.

Palavras-Chave: desenvolvimento regional; desenvolvimento endógeno; Santa Catarina.

Abstract

On the last decades, between the regional development theories, endogenous and local development concepts has been putted front of bare places of development as a hope to transformation local action. This concept values the contingent potentiality of the territorial in which aspired stimulates transformation actions. On the present article discuss the My Place Project while instrument of transformation actions on Santa Catherine State. The article claims to verify the limits of this concept in terms of possibility on the promotion of regional development. Are two the arguments: (1) the fragility of My Place Project in relation on theoretical equipment in which is supported; and (2) the individual social ontology which presents to the agents, in this instance the place, an unlimited power of agentteament. Finally, to defend which initiatives like My Place Project needs to be fed up with scientific realism and not with motivational rhetorical. To adopt on struturism social ontology seems more complete because provides to analysis more pragmatism revealing in this way the limits of transformation local action.

Key-words: regional development; endogenous development; Santa Catherine.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, entre as teorias de desenvolvimento regional, o conceito de desenvolvimento local e endógeno tem-se colocado, em larga medida, diante de regiões carentes de desenvolvimento, como esperança para a ação local transformadora. Este conceito busca valorizar as potencialidades contingentes do território ao qual se pretende estimular ações transformadoras. Não obstante, para provocar o impulso necessário a essas ações, as ciências sociais se valem de instrumentos de inferência na realidade social. Em grande parte, estes instrumentos se constituem em projetos sócio-econômicos. No caso das regiões carentes de desenvolvimento, busca-se, por meio de deles, valorizar as potencialidades destas regiões pobres. Uma experiência prática é o Projeto Meu Lugar.

O presente texto, portanto, pretende discutir o Projeto Meu Lugar enquanto instrumento de ação transformadora no Estado de Santa Catarina. A discussão se dá na contraposição do Projeto ao próprio conceito ao qual está fundamentado, isto é, ao conceito de desenvolvimento endógeno. Pretende-se também verificar os limites deste conceito, em termos de possibilidade, na promoção do desenvolvimento regional. Os argumentos que permeiam esta discussão estão sustentados: primeiro, na fragilidade do Projeto Meu Lugar, em relação ao instrumental teórico no qual está sustentado; e segundo, na ontologia social individualista que apresenta e atribui ao agente, neste caso a região, um poder ilimitado de agenciamento.

O texto segue, com essa finalidade, da seguinte forma: na seção 2, faz-se a apresentação do Projeto Meu Lugar expondo os objetivos e resultados obtidos; na seção 3, procura-se discutir o Projeto sob as duas dimensões citadas acima, ou seja, a validade dos conceitos e capacidade de transformação estrutural; e na seção 4, são expostas as considerações finais.

1- PROJETO MEU LUGAR: OBJETIVOS E RESULTADOS

O Projeto Meu Lugar é uma experiência inédita no Brasil. Resultado de um acordo de cooperação técnica entre o Estado de Santa Catarina e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que trata da regionalização administrativa e descentralização do processo de desenvolvimento catarinense. Tem como agência executora a Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina.

O Projeto Meu Lugar não possui uma finalidade em si. Ele deriva de iniciativa do Governo Luiz Henrique da Silveira (2003-2006) para promover a descentralização administrativa do Estado de Santa Catarina. Deste modo, entre os objetivos deste projeto destacam-seⁱ:

- i. Construção de 27 planos de desenvolvimento regionais, centrados na participação e gestão social e na consolidação de identidades territoriais;
- ii. Elaboração de três programas de capacitação de recursos humanos e aprimoramento do capital social das regiões catarinenses, com o objetivo de criar competências regionais para promover o desenvolvimento;
- iii. Implantação de sistema de monitoramento e do progresso do desenvolvimento estadual e regional em 29 regiões catarinenses.

Para tanto, o período de atividades abrange os meses de dezembro de 2004 a dezembro de 2006, entre os resultados obtidos pode-se destacarⁱⁱ:

- i. Construção de 30 Planos de Desenvolvimento Regionais, centrados na participação e gestão social e na consolidação de identidades territoriais;
- ii. Elaboração do diagnóstico dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para as 30 regiões do estado;
- iii. Implantação de estratégia de comunicação que favoreça a criação da identidade regional;
- iv. Realização de dois vídeos do Alto Uruguai e da Serra Catarinense, visando resgatar e valorizar a identidade dessas regiões;
- v. Realização de diagnósticos do capital social de 12 regiões catarinenses;
- vi. Programas de capacitação de recursos humanos e aprimoramento do capital social das regiões catarinenses, objetivando a criação de competências regionais para promover o desenvolvimento;
- vii. Sistema de monitoramento do progresso das ações do Projeto implantado em 30 regiões catarinenses;
- viii. Diagnóstico das micro e pequenas empresas do Estado de Santa Catarina
- ix. Implementação do Ação Mulher Cidadã, o qual estimula em cada uma das regiões o empreendedorismo feminino;

- x. Ação Minha Escola Meu Lugar, com capacitação dos docentes, visando a inserção dos aspectos históricos, geográficos, econômicos, ambientais da região nas disciplinas do ensino fundamental e médio.

Propostas semelhantes as do Projeto Meu Lugar, são válidas quando se busca desenvolver em uma determinada região, a capacidade de gestão local, ou seja, fazer com que os atores locais possuam habilidades para planejar e fiscalizar as políticas públicas, maximizando a satisfação das necessidades locais, permitindo deste modo, uma melhoria na qualidade de vida da população local. Para tal finalidade, o projeto valeu-se dos seguintes componentes, representados na figura 1:

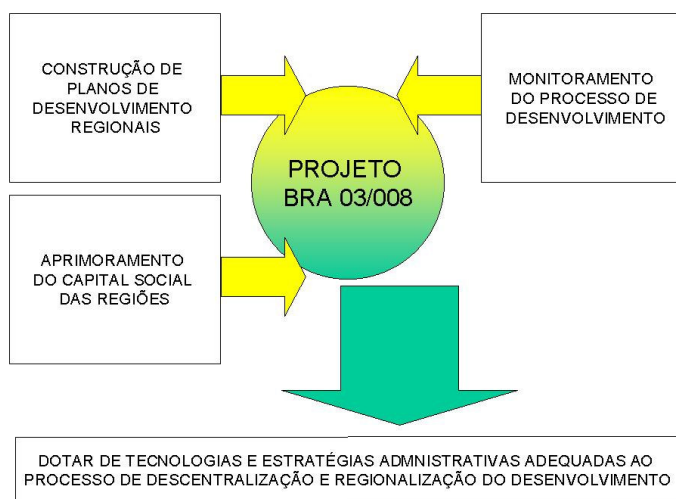


Figura 1: Componentes do Projeto

Fonte: BRA 03/008.

Como demonstra a figura 1, cada componente do projeto corresponde a um objetivo apresentado anteriormente, vale lembrar: a construção de planos de desenvolvimento regional, a elaboração de programas de capacitação de recursos humanos e capacitação social, e a implantação de um sistema de monitoramento do processo de desenvolvimento. Ao final, almeja-se que as regiões submetidas a estes três componentes, estejam dotadas de tecnologias e estratégias administrativas capazes de enfrentarem os processos de descentralização e regionalização do desenvolvimento. Enfim, espera-se uma melhora no bem-estar social de cada região, a partir de suas próprias forças endógenas.

No presente texto, nossa atenção se voltará ao primeiro componente: a construção de planos de desenvolvimento regionais.

Um olhar cético sobre o Projeto Meu Lugar sugere, que enquanto instrumento de ação transformadora, este em nada pode assegurar uma trajetória de sucesso sustentada no desenvolvimento regionalizado. Não se pode afirmar aprioristicamente, que a capacitação da região, através de planos de desenvolvimento e aprimoramento do capital social, resulte em processo de desenvolvimento regional exitoso. Deste modo, em que medida o conceito de *endogenia* permite mudanças estruturais em áreas carentes de desenvolvimento? O argumento que vamos desenvolver é que, à primeira vista, a teoria do desenvolvimento endógeno estabelece condições minimamente necessárias para ocorrer crescimento econômico e mudança estrutural. Todavia, afirmar que essa teoria, quando submetida à realidade, é capaz de promover melhoria da qualidade de vida por meio do desenvolvimento econômico endógeno, é um ponto para reflexão.

2 - DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO É POSSÍVEL?

Após a breve apresentação dos objetivos e resultados do Projeto Meu Lugar, esta seção tem por objetivo discutir dois de seus aspectos metodológicos. Em primeiro lugar, contrapõem-se aos principais conceitos empregados no Projeto, à teoria do desenvolvimento endógeno, para verificar a consistência do mesmo, em relação aos seus fundamentos metodológicos. Em segundo lugar, procurar-se-á verificar em que grau o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser tomado como um instrumento de ação transformadora na atual complexidade da realidade social.

2.1 - O conceito de desenvolvimento endógeno e metodologia do Projeto Meu Lugar

A palavra desenvolvimento traz consigo uma infinidade de paradigmas em constante mutação diante da necessidade existente em cada tempo. Na história recente, um acontecimento que pode ilustrar o exposto acima é a Segunda Guerra Mundial, e seus desdobramentos. A ascensão do chamado “Socialismo Real” como modelo político e econômico, trouxe uma crença na centralização das decisões e no paradigma de um desenvolvimento não-capitalista. Com a queda do Muro de Berlim e o suposto fim do Socialismo Real, formas alternativas de desenvolvimento surgem, levando em conta o diálogo e a participação das diversas esferas da sociedade. Face à incapacidade de tal regime em “(...) passar de um sistema de crescimento extensivo para um crescimento intensivo guiado pela tecnologia e pelo consumo em massa (...)” (SACHS, 2004, p.32). Outro fator que molda e dá sentido ao conceito de desenvolvimento endógeno foi, e continua sendo, o processo de globalização. Com a intensificação do comércio mundial,

passou-se a discutir uma nova forma de desenvolvimento que fugisse da pura e simples importação de modelos de crescimento econômico dos países centrais pelas regiões periféricas.

A década de 80 aparece como marco divisório acerca das teorias do desenvolvimento regional. As relações de desigualdade entre os países centrais do capitalismo e as zonas periféricas abrem espaço para o surgimento de conceitos que evadem aqueles de puro crescimento econômico. A esse respeito, segundo Jair do Amaral Filho:

“Nascida na década de 80, a *nova teoria* parece ter sido derivada, de um lado, de uma pressão muito forte exercida pelos dados empíricos relacionados ao desenvolvimento das nações. De outro, pode-se dizer que renasce de idéias e preocupações antigas, há muito propagadas por clássicos e neoclássicos, e também por heterodoxos (neomarxistas, neo-schumpeterianos, regulacionistas, evolucionistas e institucionalistas)”. (FILHO, 1996, p.41-2)

Para Antônio Vázquez Barquero, essa chamada “nova teoria”, conhecida por desenvolvimento endógeno, é definida como:

“(...) um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população. Arocena (1995) acrescenta que se trata de um processo no qual o social se integra ao econômico. A distribuição de renda e riqueza e o crescimento econômico são dois processos que não ocorrem paralelamente. Na verdade, só adquirem uma dinâmica comum pelo fato de os atores públicos e privados tomarem decisões de investimento que visam elevar a produtividade e a competitividade das empresas, solucionar os problemas locais e aumentar o bem-estar da sociedade” (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p.41).

Neste conceito fica clara a ênfase da dimensão do local. Neste caminho, o conceito de território ganha corpo no debate da economia regional. Este recorte analítico permitiu incorporar a antiga função de produção, que levava em conta apenas as variáveis: capital e trabalho, outros termos como, o capital humano e pesquisa e desenvolvimento, antes considerados exógenos ao modelo. Ao endogenizar estas variáveis, abrem-se novos caminhos para a promoção do crescimento econômico e para a mudança estrutural. Fica posto, dessa forma aos países e regiões – tanto da periferia quanto do centro do capitalismo – que a saída encontra-se nas ações “de baixo para cima”, que emergem do próprio território. Em certo sentido, o argumento da teoria do desenvolvimento endógeno combate as bases do pensamento neoclássico, que acredita ser a simples atração de recursos externos, as competitividades espúrias, condições *sine qua non* do desenvolvimento regional. Outras variáveis ainda podem ser incorporadas ao modelo endógeno. Para Filho (1996), variáveis como: poupança, investimento e formação bruta

de capital fixo, aparecem como elementos capazes de manter um desenvolvimento sustentável por um longo período de tempo.

O Projeto Meu Lugar, que propõe uma tentativa de promoção do desenvolvimento baseado nas ações locais, na participação e aliança entre os vários segmentos da sociedade, fundamenta-se em quatro pilares de desenvolvimento, quais sejam:

- a) A **melhoria dos recursos humanos** do território representa o elemento que proporciona a sustentabilidade de todo o processo;
- b) A **organização social** trata da geração de capital social, do fortalecimento da sociedade e da criação de espaços institucionais com organizações capazes e motivadas para discutir seus projetos de forma efetiva;
- c) A **gestão social** representa a sociedade gerindo seus próprios recursos de forma participativa, desconcentrada e descentralizada, com responsabilidade compartilhada na formulação, implantação e gerenciamento de projetos construídos coletivamente;
- d) O **empreendedorismo** representa a criatividade, a competência coletiva e individual e a capacidade de agir, em função da vocação local em atividades que agreguem valor às atividades econômicas, a partir de tecnologias adequadas à realidade, à preservação do meio ambiente e à valorização da cultura regional. (TURNES, 2004, p.12 grifo do autor).

Para Rosa (2004) esses quatro pilares do projeto permitem falar de endogenia, isto é, “refere-se à capacidade de identificar e promover fatores de desenvolvimento a partir das próprias potencialidades locais, introduzindo iniciativas protagonizadas por organizações sociais de uma região (território)” (ROSA, 2004, p.33). A autora conclui que “(...) a ênfase do desenvolvimento endógeno está na mobilização de recursos latentes na região, privilegiando o esforço de dentro para fora, no sentido de promover o desenvolvimento auto-sustentado” (ROSA, 2004, p.33).

Portanto, o enfoque do Projeto Meu Lugar esta no desenvolvimento territorial. Rosa (2004, p.32) explicita:

“Neste projeto, o enfoque de desenvolvimento territorial é colocado como estratégia de transformação de um Estado em franco processo de desenvolvimento. Coloca-se não como alternativa ao crescimento econômico, mas como possibilidade de atingir um novo modelo de desenvolvimento social e econômico, visando a melhor distribuição de renda e equidade social, e fortalecendo a democracia e a preservação do meio ambiente.”

O conceito de território é adotado, pois, ao contrário do conceito de local, a noção de territorialidade é mais ampla e permite adaptar o modelo estratégico ao contexto regional. Falar em contexto regional diz respeito à endogenia. Assim sendo, como forma alternativa aos modelos tradicionais de desenvolvimento, cuja região pode dinamizar o

desenvolvimento a partir da atração de recursos externos, endogenia aludi fatores de desenvolvimento contidos no próprio território.

Tendo em vista que o conceito de desenvolvimento territorial endógeno e sustentável amadureceu à medida que, o processo de globalização (intensificação das pressões competitivas) mostrou-se mais forte e desigual nos diferentes espaços do globo, é curioso notar que um projeto, cujo objetivo é efetivar a inserção dos atores locais no crescimento mediante o “progresso técnico e organizativo para garantir a inserção competitiva no mercado, com o apoio de estratégias de comunicação” (ROSA, 2004, p.44) seja implementado, se é a própria concorrência um dos determinantes da desigualdade. Se este for o propósito, faz-se necessário que o Projeto atente também para as questões políticas e econômicas que norteiam o processo de produção do espaço, evitando dessa maneira a formação de “enclaves ou aglomerações de indústrias sem coerência interna nas suas interconexões” (FILHO, 1996, p.56).

Por fim, esta breve contraposição: Projeto Meu Lugar versus o conceito de desenvolvimento endógeno, sugere que o projeto apresenta coerência em relação ao conceito, entretanto no Projeto Meu Lugar a retórica motivacional se sobrepõe ao realismo científico. Além disso, a teoria na qual o Projeto Meu Lugar fundamenta-se parece apresentar dois limites no que tange a sua inferência na realidade social. Este é o tema da próxima seção.

2.2 - Os limites da teoria do desenvolvimento endógeno

A teoria do desenvolvimento endógeno constitui um novo paradigma da economia regional. Esta teoria pode ser enunciada na seguinte proposição:

“O desenvolvimento econômico local pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Quando a capacidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno ou, simplesmente, de desenvolvimento endógeno.” (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p.57).

Nas palavras de Jair do Amaral Filho,

“(...) o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como a capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou atração de excedentes de outras regiões. Esse

processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.” (FILHO, 2001, p.262).

A complexidade desse conceito reside no fato de agrupar as principais contribuições das teorias econômicas que colaboraram para o debate do desenvolvimento regional no último século. Das contribuições da grande teoria do desenvolvimento e da teoria do desenvolvimento dualista, a teoria do crescimento endógeno reteve os mecanismos de acumulação e crescimento nas economias de mercado. Da teoria da dependência uma visão sistêmica ou estruturalista, isto é, a necessidade de inter-relacionar tanto as dimensões econômica política e social. Por fim, da teoria do território a capacidade de agenciamento dos agentes locais no processo de mudança estrutural. (VAZQUÉS BARQUEIRO, 2001, p.73).

Se for possível identificar os postulados desse novo paradigma, parecem ser seis os pilares da teoria do desenvolvimento local e endógenoⁱⁱⁱ:

- i. É, antes de tudo, um modelo de análise voltado para ação;
- ii. Vê o crescimento econômico como um modelo dinâmico, cujo futuro é incerto;
- iii. Dá um tratamento territorial à dinâmica econômica e produtiva;
- iv. Defende a flexibilidade produtiva, pois dá margem à inserção competitiva de pequenas e médias empresas na dinâmica da acumulação de capital;
- v. Considera que existe uma forte imbricação entre economia e sociedade;
- vi. E a inovação obedece a um padrão interativo não hierarquizado.

Suportado por esses princípios, o modelo de desenvolvimento endógeno é “... construído ‘de baixo para cima’, ou seja, que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local, em vez de como um modelo de desenvolvimento ‘de cima para baixo’, isto é, que parte do planejamento e da intervenção conduzidos pelo Estado nacional” (FILHO, 2001, p.267-68).

Todavia, esse conjunto de afirmações assentido pela teoria do desenvolvimento endógeno expressa um coletivo de enunciados carregados de juízos apriorísticos, cuja esperança de crescimento econômico e de mudança estrutural é materializada no território. Nas palavras de Vázquez Barquero (2001, p.39), “O território é um agente de transformação e não um mero suporte de recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação entre as empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade”. Entre os protagonistas desse possível desenvolvimento

destacam-se as pequenas e médias empresas. De fato, Vázquez Barquero (2001, p.39-40) ainda ressalta que “é a capacidade de liderar o próprio processo, aliada à mobilização de seu potencial, que torna possível falar de desenvolvimento endógeno”. Tal como define Vázquez Barquero, leva-se a pensar o território como uma estrutura monolítica onde, por exemplo, não existe clivagem de classes. Consequentemente, ao admitir um território com perfeita coesão social leva a um pensamento distorcido da realidade. De fato, omite-se que as estruturas de classe local são construtos históricos, cuja própria manutenção no poder local possa se manifestar no interesse da não exploração do potencial latente de desenvolvimento do território.

Se transpuser esta discussão para o plano histórico-mundial, em que medida pode-se devotar à expectativa de mudança estrutural de determinada região ou espaço na capacidade dos atores locais? As estruturas mundiais, isto é, as *cadeias de mercadorias globais*^{iv} enquanto agentes externos em relação ao espaço local não são capazes de impor limites ao desenvolvimento endógeno? Será que a própria hierarquia institucional na qual um determinado território está envolvido não pode ser considerada como obstáculo ao desenvolvimento endógeno? Todas essas perguntas permitem refletir sobre qual seria, de fato, o poder de agenciamento de um determinado território.

Apesar da teoria do desenvolvimento endógeno rejeitar uma série de pressupostos da teoria neoclássica, o que parece persistir é a concepção individualista da sociedade. A busca pelo interesse individual leva necessariamente ao bem-estar coletivo. Nesse sentido, se o território, enquanto átomo social, for capaz de mobilizar um conjunto suficiente de interações necessárias ao crescimento econômico e à mudança estrutural, então este território alcançará uma melhoria no nível de bem-estar econômico e social.

Num sentido epistemológico, a teoria do desenvolvimento endógeno parece caminhar em direção ao individualismo metodológico. Para Lloyd (1995, p.59-65), esta concepção metodológica parte da natureza, experiência, disposições e intenções humanas para explicar a ação, a troca e o comportamento individual e coletivo que, por sua vez, explica a sociedade como padrões de comportamento coletivamente organizado. Assim, o comportamento do agente não é determinado, é determinante para a constituição do mosaico social.

É sabido, todavia, que nas ciências sociais, as teorias que se propõem assumir valores normativos tenham seus instrumentos possibilitados ou delimitados pela concepção de ciência e ontologia social ao qual o teórico ou cientista é filiado. Se por um lado existe a ontologia social individualista, em contra posição se coloca a ontologia

holística. “A sociedade, nesta perspectiva, é vista como uma entidade orgânica supra-individual ou uma organização de regras, relações e/ou significados, cuja soma total tem propriedades e poderes superiores aos de suas partes, particularmente o poder de se conservar e se reproduzir mediante o domínio das opções e ações dos indivíduos em seu interior” (LLOYD, 1995, p.60).

A perspectiva holística, portanto, coloca em dúvida o poder de agenciamento dos indivíduos. O fato de o todo ser considerado maior que a soma das partes, ou seja, por considerar que o peso exercido pelas estruturas sociais sobre os agentes é superior ao destes em relação à estrutura, a ontologia holística afirma que o comportamento do indivíduo é moldado pelas estruturas sociais a qual cada indivíduo está submetido. Este contraponto faz-se necessário, pois permite identificar o que talvez seja um limite da teoria do desenvolvimento endógeno.

Apesar desse novo paradigma do desenvolvimento regional evidenciar, como destaca Vázquez Barquero, vínculos históricos e que cada território é particular, ou seja, que:

“Historicamente, cada comunidade territorial foi se estruturando em decorrência das relações e dos vínculos de interesse de seus grupos e atores sociais e da construção de uma identidade e uma cultura próprias que a diferenciam das demais comunidades. O território pode ser visto como um emaranhado de interesses de uma comunidade territorial, o que permite defini-lo como um agente do desenvolvimento local, sempre ocupado em manter e defender a integridade e os interesses territoriais nos processos de desenvolvimento e mudança estrutural” (VAZQUEZ BARQUERO, 2001, p.50).

No entanto, esta teoria parece negar, ou pelo menos não dá evidências de que: (i) o próprio passado histórico é um importante determinante no futuro do território, mesmo dando a este poder de agenciamento indefinido; e (ii) que possa existir composição entre territórios, ou seja, que a particularidade de um dado território se deva necessariamente às relações estabelecidas deste com outras regiões do país ou do mundo. Sendo assim, se é que esta crítica possua alguma validade, parecem ser os dois limites da teoria do desenvolvimento endógeno.

O que esses dois extremos ontológicos, individualista e holístico, permitem verificar é que ambos revelam apenas problemas e características particulares para cada forma ontológica. E, se tomada cada ontologia separadamente, cada estratégia de ação de inferência na realidade social se verificará incompleta. Portanto, propõe-se que iniciativas semelhante a do Projeto Meu Lugar devam levar em conta tanto o poder de agenciamento como o poder estruturante. Defende-se, portanto, a adoção de uma *ontologia social estruturista*. Nas palavras do próprio Christopher Lloyd,

“uma ontologia estruturista volta sua atenção para as interações estruturantes entre as crenças, intenções, opções e ações individuais e coletivas dos seres humanos, de um lado, e as condições estruturais externamente reais que possibilitam e limitam o pensamento e a ação, de outro. Nesse modelo, *as estruturas sociais são o conjunto emergente de regras, papéis, relações e significados* dentro do qual as pessoas nascem, e que lhes organiza o pensamento e a ação, e pelos quais é, por sua vez, reproduzido e transformado. São as pessoas que geram estruturas ao longo do tempo e iniciam a mudança, e não a própria sociedade, mas sua atividade geradora e sua iniciativa são socialmente limitadas. Essa ontologia nega a legitimidade da polarização ação/sociedade em que as demais se baseiam e tentar conceituar ação e sociedade como constituindo uma dualidade interpenetrante...” (LLOYD, 1995, p.60).

Nesse sentido, pode-se dizer que o estruturismo metodológico buscar compatibilizar apreciações do nível micro e macro da análise social. Portanto, no estruturismo metodológico, “a ação é, assim, socialmente estruturante” define Lloyd (1995, p.220).

Repensar as teorias do desenvolvimento a partir do estruturismo metodológico é uma tarefa ambiciosa e gigantesca, não constituindo, entretanto, objeto deste artigo. Apenas, pode-se dizer que requer um aprofundamento do estudo histórico da região e as suas relações com a economia mundial capitalista, dando ênfase aos diferentes tempos históricos – conjuntura curta, conjuntura longa e estruturas – e as dialética das durações como desenvolve Fernand Braudel. Compreender como a múltipla temporalidade ou processos históricos são definidos pelos agentes, ao mesmo tempo em que estes são definidos pelos processos históricos, parece ser o primeiro passo para o avanço de uma teoria do desenvolvimento cujo fundamento filosófico é ontologia social estruturista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve por objetivo verificar a consistência entre o Projeto Meu Lugar e a teoria do desenvolvimento endógeno, bem como identificar os limites desta teoria como suporte teórico para ação transformadora. Quanto ao primeiro objetivo, foi possível identificar certo grau de coerência entre o Projeto e a Teoria, entretanto, a constituição da ação prática configurada no Projeto Meu Lugar não levou em consideração alguns pontos essenciais como o processo de globalização e suas conseqüências regionais do processo de produção mundial. No que tange ao segundo objetivo, a contraposição da ontologia individualista da teoria do desenvolvimento endógeno com a ontologia holística, permitiu identificar duas fragilidades desta teoria: a pouca importância dada à história como

ferramenta para valorização da identidade local, como também para perceber as estruturas sociais as quais a região está submetida; o segundo aspecto trata-se da composição territorial, isto é, a teoria do desenvolvimento local endógeno não apresenta ao considerar o território como estrutura monolítica, instrumentos analíticos para verificar o quanto da particularidade, de um dado território se deve à relação estabelecida com outros espaços.

Por fim, defendeu-se que iniciativas tais quais a do Projeto Meu Lugar devem estar carregadas de realismo científico e não palavras administrativas de motivação. A adoção de uma ontologia social estruturista parece mais completa, pois dota a análise de certo grau de pragmatismo, revelando, dessa forma, quais os limites da ação local transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BR 03/008. *Regionalização administrativa e descentralização do processo de desenvolvimento catarinense — Projeto Meu Lugar*

<<http://www.pnud.org.br/projetos/governanca/visualiza.php?id07=52>>, acessado em 11 de agosto de 2006.

FILHO, J. A.. *A endogenização no desenvolvimento econômico regional e local*. In: **Planejamento e políticas públicas**. Nº 23, jun. 2001, pp.261-286.

FILHO, J. A.. *Desenvolvimento Regional Endógeno em um ambiente federalista*. In: **Planejamento e políticas públicas**. Nº 14, dez. 1996, pp.35-70.

LLOYD, C.. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ROSA, S. L. C.. *Diretrizes e Princípios em desenvolvimento territorial*. In: TURNES, V. [et. Al.]. **Projeto Meu Lugar : transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. pp.25-72.

TURNES V.. *Projeto Meu Lugar*. In: TURNES, V. [et. Al.]. **Projeto Meu Lugar: transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. pp.7-24.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. ***Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.***

Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

(*) Trabalho apresentado para obtenção do conceito da disciplina Tópicos Especiais em Desenvolvimento Regional Urbano ministrada no semestre 2006/1 pelo professor Hoeyêdo Nunes Lins. Os autores gostariam de agradecer os comentários do professor Hoyêdo Nunes Lins bem como dos parecerias que realizaram a avaliação deste ensaio.

(**) Acadêmicos do Curso de Ciências Econômicas

ⁱ Maiores informações podem ser obtidas no *site* do PNUD:

<<http://www.pnud.org.br/projetos/governanca/visualiza.php?id07=52>>, acessado em 11 de agosto de 2006.

ⁱⁱ Os resultado obtidos podem ser encontrado no Plano Catarinense de Desenvolvimento SC2015, disponível em

<http://www.spg.sc.gov.br/menu/planejamento/arquivos/Plano_Catarinense_de_Developmento-SC2015.pdf>, acessado em 12 de agosto de 2006.

ⁱⁱⁱ Para mais detalhes, ver Vazqu  ez Barquero (2001, p.90-93).

^{iv} Conceito desenvolvido por Immanuel Wallerstein e Terence Hopikns, para mais detalhes ver WALLERSTEIN, I. **The Essential Wallerstein**. New York: The New York Press, 2000.